



Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama



PROJETO LEI Nº 019/2013.

Determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das Escolas Públicas Municipais.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as escolas públicas municipais ficam obrigadas a divulgar os seus respectivos resultados alcançados no IDEB mais recente.

Art. 2º A divulgação se dará através de anúncio na entrada de cada unidade escolar, de forma visível e acompanhada da nota alcançada pela rede pública municipal, estadual e nacional.

Art. 3º A divulgação também se dará através do boletim escolar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 19 de fevereiro de 2013.

Justificativa: Este Projeto visa informar aos pais os índices de desempenho da escola da qual seu filho (a) esta lotado, deixando claro a qualidade do ensino oferecido. Tem também como objetivo a transparência a respeito da pontuação alcançada por cada escola nessa importante avaliação nacional. Haja vista que a educação oferecida deve ser igual e de alto nível para todos. Com este questionamento a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a comunidade poderá trabalhar na solução das desigualdades.

Câmara Municipal de Congonhas
Nº Protocolo 311
Recebido em 19 de 02 de 2013
Horário 14:56
Patricia
Assinatura do Responsável

Yacini
HEMERSON RONAN INÁCIO
Vereador

Jose
JOSÉ BERNARDES DE SOUZA
Vereador

PROJETO DE LEI Nº 019
APROVADO EM 19 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 11 FAVORÁVEIS 2 NULOS
- CONTRÁRIOS - BRANCOS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG
EM 19 DE 03 DE 20 13
[Assinatura]
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 019
APROVADO EM 29 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
VOTAÇÃO 11 FAVORÁVEIS - NULOS
- CONTRÁRIOS - BRANCOS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG
EM 26 DE março DE 20 13
[Assinatura]
PRESIDENTE

Congonhas, 07 de março de 2013.



À
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJR

Ref.: Projeto de Lei 19/2013 – determina a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, das escolas municipais.

PARECER

Versa o projeto sobre a determinação de divulgação do IDEB das escolas municipais.

A iniciativa é de dois edis, que são competentes para tal.

O tema gera uma grande discussão de especialista da área educacional, trazendo debate sobre os benefícios e malefícios da divulgação nos termos propostos.

A escola moderna é formada pelos profissionais da educação, alunos, famílias e sociedade em que ela está inserida.

A divulgação do nota, tem por objetivo fazer com que os envolvidos tenham atitudes no sentido da busca constante da melhora do nível de apreendido, que deve ser o objetivo de todos.

Já os que são contra a divulgação, defendem que nos casos de notas baixas, trarão mais malefícios que benefícios, causando constrangimento para os alunos, que terão baixa estima de estudar na escola, fato que contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A questão é de tal complexidade, que deixa-nos em dúvida sobre o tema.

Quanto a juridicidade do projeto, entendemos que é legal e constitucional.

Assinatura

Por se tratar de algo complexo, juntamos ao presente publicações onde ocorre a discussão do tema, para melhor análise do projeto.

Este é o nosso parecer, smj.



Adriano Melillo
PROCURADOR DO LEGISLATIVO



- Comissão de Legislação Justiça e Redação Final
- Comissão de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico

Agência Câmara de Notícias



Compartilhar no Orkut

Tweeter

Comentar

Enviar opinião para os deputados

Imprimir

10/05/2012 16:05

Divulgação do Ideb na entrada das escolas divide opiniões

O Projeto de Lei **1530/11**, que obriga as escolas a divulgar o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), dividiu opiniões nesta quinta-feira (10) na audiência pública da Comissão de Educação e Cultura que discutiu o assunto. Pela proposta, o índice deverá ser divulgado em placas de um metro quadrado afixadas na porta dos estabelecimentos.

Enquanto alguns especialistas defenderam que a divulgação ajudará a impulsionar a melhoria da qualidade das escolas, outros alegaram que a iniciativa poderá causar constrangimento para alunos e professores. O relator do texto, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), acredita ser necessário melhorar a difusão do real desempenho dos estabelecimentos de ensino. "Precisamos melhorar a publicidade do índice sem que a sociedade se sinta agredida", avaliou. "A comunidade deve conhecer a qualidade da escola e deve poder intervir", complementou.

Criado em 2007, o Ideb possui uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos sobre a qualidade da educação: a aprovação e a média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de performances nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil. Atualmente, o **site** do Inep divulga os resultados, que também são enviados em formato de boletim para cada colégio.

Envolvimento da comunidade

O especialista em educação Gustavo Ioschpe defendeu o direito dos pais de saber o real potencial da escola de seus filhos. "Precisamos do envolvimento da comunidade para que a educação brasileira tenha salto de qualidade", justificou. De acordo com o pesquisador, os pais não sabem avaliar os estabelecimentos. Além disso, ele ressaltou que a difusão do Ideb pode auxiliar a reconhecer e prestigiar os diretores e professores que obtêm ótimos resultados. "Os profissionais da educação precisam de reconhecimento público."



Gustavo Ioschpe: "O que constrange é a má qualidade do ensino, e não a sua divulgação".

Alexandra Martins

A subsecretária de Educação do Rio de Janeiro, Helena Bomeny, também é favorável à proposta. Ela informou que, no estado, a divulgação do Ideb em placas nas escolas já foi implementada. "Sem divulgação de índice de qualidade, o colégio não vai procurar melhorar", disse.

Constrangimento aos alunos

Para a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Rodrigues Repulho, no entanto, afixar na porta da escola o Ideb é "cruel" e ajuda a estigmatizar os alunos. "Isso é carimbar na testa das crianças que elas são pobres, negras, vivem em lugares distantes e ainda estudam na pior escola", opinou. Para ela, a iniciativa também fará com que os professores não queiram trabalhar nas instituições com índices ruins. Cleuza propôs a divulgação livre do índice pelos estabelecimentos, seja na reunião de pais ou em cartazes no colégio.

"A placa vai lembrar a criança todos os dias que ela está em uma escola ruim", reiterou a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli. O argumento foi rechaçado por



Alexandra Martins

Dorinha Seabra: "A avaliação tem de ser instrumento de mudança, e não de constrangimento".

Ioschpe: "O que constrange é a má qualidade do ensino, e não a sua divulgação".

Por sua vez, Marta Vanelli sustentou que, nas entrelinhas do projeto, está a ideia de que a escola tem que melhorar, independentemente se recebe recursos para isso.

Ranking

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) criticou a proposta em análise. Na opinião dela, as placas não vão gerar um ranking entre as escolas. "A avaliação tem de ser instrumento de mudança, e não de constrangimento", opinou. Segundo Dorinha, a divulgação deve ser interna, para os professores, pais e o restante da comunidade, a fim de gerar melhorias no ensino.

O deputado Izalci (PR-DF) também é contrário às placas, mas ressaltou a necessidade de definir um instrumento que permita informar os pais sobre a real qualidade da escola dos filhos.


Crítérios do Ideb

O representante do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Claudio Cavalcanti Ribeiro, destacou que o contexto socioeconômico em que a escola está inserida não é levado em conta no Ideb. "Temos alunos no Pará que passam três horas e meia para chegar à sala de aula e três horas e meia para voltar", destacou Ribeiro, que também é secretário de Educação do Pará. Conforme ele, o que deve ser discutido, neste momento, é o financiamento da educação pública do País.

O diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Sampaio, esclareceu que o Ideb funciona como uma referência da qualidade da escola, mas não é completo e não engloba todos os indicadores de excelência.

Reportagem – Lara Haje
Edição – Marcelo Oliveira

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara de Notícias'

Compartilhar no Orkut 

Tweetar

Comentar

Enviar opinião para os deputados

Imprimir

Comentários

Cris Macedo | 10/05/2012 16:46

Seria mais justo se as escolas particulares tivessem um índice assim. No ensino público, os pais não tem muita escolha, essa é a verdade. Vai apenas servir de constrangimento para alunos e professores. Em compensação, algumas escolas particulares, que têm apenas o Enem, ao final do ensino médio, estão "torturando" adolescentes: eles aceitam bem a criança na escola até chegar próximo ao 20 grau. Então, começam a fazer todo o tipo de pressão para que os alunos não tão bons saiam do colégio. Têm escolas que têm inclusive menos turmas no 10 ano do 20 grau do que no 90 ano do básico.

Ver todos os comentários



Agência Câmara de Notícias
Expediente

- Telefone: (61) 3216.1850
Fale com a Agência Câmara de Notícias





BUSCAR

enhanced by Google

Educação

Home Política Brasil Mundo Educação Cultura Ciência Colunistas Fotos Poder Online Economia Esporte Saúde

Enem Vestibular Guia de Profissões

Home iG Último Segundo Educação

Temas do momento: Chuvas • Desabamento no Rio Todas as notícias

Para especialistas, Ideb na porta da escola é inconstitucional

Professora e representantes do Direito da Criança e do Adolescente dizem que medida expõe a constrangimento e vexame

Cinthia Rodrigues, iG São Paulo | 23/08/2011 07:00

Recomendar 228

Texto:

O projeto que obriga as escolas a colocar na porta da unidade a nota que obtiveram no Índice da Educação Básica (Ideb) expõe os alunos a constrangimento e vexame vetados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Constituição Federal. A conclusão é de especialistas na área ouvidos pelo iG.



Foto: Divulgação

O Secretário de Educação de Goiás, Thiago Peixoto, inaugura placa na porta de uma escola

A proposta em estudo pelo Congresso Nacional já está valendo por decreto na cidade do Rio de Janeiro desde o início do mês e no Estado de Goiás há uma semana. A ideia, do economista Gustavo Loschpe, é que a exposição do índice mobilize a comunidade em volta das instituições com nota baixa para que pressionem professores e governantes.

Para isso, o Ideb – que é o resultado da nota obtida pelos alunos na Prova Brasil multiplicado pelo percentual de estudantes aprovados – deve ser colocado em uma placa que iria do vermelho para o azul, deixando o mais claro possível se a escola foi bem ou mal na avaliação. Quando o Rio de Janeiro adotou a medida, estudantes ouvidos pela reportagem disseram concordar desde que a escola tivesse a nota boa e que sentiriam vergonha se estudassem em uma instituição mal avaliada.

Para a titular da cadeira de Direito da Criança e do Adolescente na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, Glória Regina Lima, “não resta dúvida da

Leia também:

Alunos do Rio aprovam placa só se nota for boa

Escola em prédio com ONGs é a pior do Rio no Ideb

"Inconstitucional é má qualidade", diz autor

inconstitucionalidade" da medida. "A Carta cidadã em seu artigo 227 estabelece, dentre outros, o dever do Estado de assegurar a educação à criança e ao adolescente e ainda determina salvaguardá-los de toda forma de discriminação", explica ela.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990 e amplamente elogiado pela Unesco é mais específico. O artigo 18 impõe como "dever de todos" impedir qualquer tratamento "vexatório ou constrangedor". "O famigerado decreto municipal está na contramão dos imperativos legais que priorizam com a mais absoluta clareza a preponderância dos interesses dos menores sobre qualquer outro", conclui a professora.

Para Glória, não é problema o uso da nota internamente entre professores, alunos e comunidade, mas a exposição para pessoas não envolvidas diretamente e a atribuição dela às crianças que, ao entrar e sair do local, estarão sendo expostas. "A ideia promove a discriminação pelo contágio moral, que alcança indviduosamente a criança e o adolescente e os profissionais que integram a escola, ferindo de morte um dos direitos fundamentais o da dignidade de pessoa humana", acrescenta, referindo-se ao artigo 5º da Carta Magna.

Notícia anterior

Estudante da USP foi espancado por outro universitário

Próxima notícia

"Inconstitucional é sentenciar crianças a má educação", diz deputado

IG SHOPPING



OLX
Filhotinhos de todas as raças!

Confira!

COMPRAR

OFERTAS

“ A intenção de mobilizar pelo constrangimento já está errada, o objetivo parece ser a exposição que fatalmente vai levar ao vexame e ao preconceito ”

O vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB, Ariel de Castro Alves, acha que o próprio objetivo da lei desrespeita o ECA. "A intenção de mobilizar pelo constrangimento já está errada, o objetivo parece ser a exposição que fatalmente vai levar ao vexame e ao preconceito", diz.

Na opinião dele, as normas em vigor no Rio e em Goiás não têm validade por contrariar legislações maiores como o ECA e a própria constituição. "Na Câmara dos Deputados e no Senado a proposta deve ser avaliada por uma comissão de justiça que deve perceber a contradição", analisa.

O especialista em Direitos Humanos pela Universidade Complutense de Madrid e membro da Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Carlos Nicodemos, acha que trata-se de "obrigar a sociedade a executar um processo discriminatório". Para ele, o Ideb está disponível para interessados e não é necessário expor em local de passagem dos alunos. "Além de ferir o ECA, o Estado está delegando a comunidade um papel que é dele, de dar educação de qualidade para as crianças."

Ele também critica a falta de alternativa aos estudantes. "Se eles se sentirem constrangidos, deveriam poder escolher onde estudar. Infelizmente não é esta a realidade ofertada."

Resposta dos governos

Questionadas, as secretarias de Educação do município do Rio de Janeiro e do Estado de Goiás não responderam sobre a questão jurídica, mas defenderam a posição.

Opinião:

Gustavo Ioschpe: A favor do Ideb na Escola

Luiz Carlos de Freitas: Contra o Ideb na Escola

de cada escola e, assim, engajar a comunidade escolar no processo de melhoria da qualidade do ensino. A Secretaria informa, ainda, que a ideia foi inspirada, também, pela iniciativa da direção do Ciep Lindolfo Collor, em Rio das Pedras, Jacarepaguá, de afixar nas paredes da unidade as metas a serem alcançadas em 2010, conseguindo, assim, envolver toda a escola na melhoria do ensino. Como resultado, ressalta a SME, a escola conseguiu atingir a meta, garantindo aos professores e funcionários o Prêmio Anual de Desempenho."

A Secretaria Estadual de Educação de Goiás informou que trata-se de uma medida que visa "despertar na sociedade, sobretudo nos pais e responsáveis pelos estudantes, o interesse pela educação pública e mostrar a necessidade de que todos, de uma forma ou de outra, se engajem para que educação de qualidade seja acessível a todos".

A nota segue: "A Secretaria da Educação avalia que a nota do Ideb afixada na escola vai dar às famílias o direito de conhecer a qualidade do ensino que seu filho está recebendo. Também despertará nelas o interesse sobre o que representa aquela nota e o que fazer para que ela aumente. E então já teremos aí um dos fatores apontados por estudos nacionais e internacionais como um dos mais importantes no desenvolvimento escolar do estudante: o envolvimento de sua família, o acompanhamento de seus pais, o estímulo e a atenção daqueles que são os precursores daquilo que a escola deve oferecer mais adiante, uma boa formação. A Secretaria da Educação naturalmente não deixaria de lado a mobilização social como uma das ferramentas para apoiar o trabalho de elevar a qualidade da Educação no Estado. Com o acompanhamento de todos, inclusive dos professores, que certamente lutarão para que seu trabalho na escola atinja os melhores resultados, e com as ações que desde o começo deste ano estão sendo implementadas por este governo, muito em breve as placas com a nota do Ideb serão motivo de orgulho para todas as escolas estaduais e para toda a comunidade escolar."

Leis relacionadas

Constituição Federal

Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 5 - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Serviços



Proteção contra hackers!

A segurança que estava faltando no seu computador!

Download



Hits do momento

"Ai, se eu te pego", baixe agora mesmo no seu celular

Assine já!



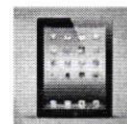
Professores online 24h

Esteja preparado para quando as aulas começarem!

Assine já!



PASSARELA
Sapato Sensuale
3x R\$ 23,33



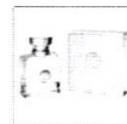
SUPERFONES
iPad 2 3G 16GB
Desbloqueado
R\$ 1.500,00



CENTAURO
Puma Drift Cat 9x
R\$ 19,99
Até 36% OFF!



PASSARELA
Peep Toe Seculo
Xxx
3x R\$ 26,66



NITRO
Versense Perfume
Feminino
12x de R\$26



OLX
Gato e Cachorros
Para Adoção.
Adote um!



ASSINE SKY
Combos HD com
descontos de
até R\$100



DAFITI
Bermudas a partir
de
R\$ 49,90



FASTON
Hiphone 6 com
Wi-Fi e Redes
R\$ 89,90



SEGURAR
Faça seu seguro
viagem
p/1semana



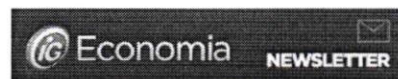
XCONTO
Relógio Casio
Edifício 3D só
R\$ 199,90



EXTRA
O melhor preço da
Internet!
Compre já!

Compare preços

Ok



Siga o Último Segundo no Twitter



Assine o RSS com as últimas notícias



Seja fã do Último Segundo no Facebook



Leve o Último Segundo para o seu site



Luiz Carlos de Freitas
Professor e especialista em avaliação
null

Contra o Ideb na Escola: "Para além da comunidade-cliente"
Qualidade na educação é mais do que o Ideb, uma medida precária que combina fluxo escolar e desempenho

01/08/2011 18:01

Mudar o tamanho da letra:

A+

A-

Compartilhar:

O ex-ministro da educação do Chile, J. Lavín, recém demitido, desenvolveu um sistema que ficou conhecido como “semáforos de Lavín”. Ele usa o mapa do Chile combinado com geo-referenciamento para localizar a escola e acessar o seu resultado em provas nacionais. A cor da escola revela sua nota. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Brasil, mais recatado, tem um site que permite identificar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de cada escola pública. Qual a novidade de Gustavo Ioschpe?

Leia também

A favor do Ideb na Escola: “Pela transparência e o aprendizado”

Ele quer mais. Ele quer garantir que a comunidade local saiba do Ideb e tenha vergonha ou orgulho de sua escola. A ideia é que se a comunidade souber da nota da escola, então ela vai pressioná-la e, com isso, irá operar-se o milagre da melhoria da escola. Haveria, ainda, uma concorrência entre as escolas que, envergonhadas, procurariam mudar – como ocorre no maravilhoso mundo dos negócios, onde perdedores e vencedores disputam a atenção dos clientes. Nessa visão, a comunidade é um “conjunto de clientes”.

A base dessas ideias tem sempre a mesma fonte: anos 90, nos Estados Unidos. Lá, como se sabe, elas não melhoraram a educação (em 10 anos de Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, Pisa, os Estados Unidos continuam na mesma e os testes nacionais não mostram nada diferente; há quem diga que piorou), mas criaram um mercado educacional de US\$ 800 bilhões.

É um celeiro que contabiliza outras ideias como dar bônus para escolas, “ensinar” para os testes, privatizar via contratos de gestão (charter schools), lei de responsabilidade educacional com fechamento de escolas e demissão de professores. Não há país algum que tenha testado mais “maldades” contra as escolas e seus profissionais do que os Estados Unidos – sem sucesso.

A questão é o objetivo dessas ideias. Lá como cá, incluindo a filial chilena, os setores empresariais organizaram-se para tentar definir a agenda educacional nacional – aqui, sua forma de organização mais evidente é o Movimento Todos pela Educação. Têm direito.

Leia também

Alunos do Rio aprovam nota do Ideb na escola, desde que seja boa
Consulte o Ideb das escolas até a 4ª série
Consulte o Ideb das escolas nos anos finais
A realidade por trás dos números da educação
Ideb cria cultura de avaliação

É sabido que o Brasil cresce a um ritmo que exige formação acelerada de mão de obra e, se isso não ocorrer, o valor do salário vai aumentar afetando o lucro. É fundamental, para segurar o salário, que haja uma base de oferta de mão de obra maior. Some-se a isso que as tradicionais reservas de exploração de mão de obra barata (as mulheres e o campo) estão esgotando-se.

Neste quadro, dependente cada vez mais de produtividade para assegurar o lucro, o que estamos assistindo, hoje, é a uma disputa das corporações pelo controle da agenda educacional – tanto ao nível dos Estados e municípios, como ao nível federal.

Está sendo reproduzida, no Brasil, a estratégia do “business roundtable” dos anos 90 nos Estados Unidos, quando um grupo de cerca de 300 CEOs de diferentes empresas convenceram – com grande apoio da mídia – vários estados a embarcar nestas ideias. O experimento mais famoso, hoje conhecido jocosamente como o “milagre do Texas”, no governo Bush, deu base para o fracassado “No Child Left Behind”, quando ele se tornou presidente. As tabuletas de Gustavo Ioschpe são herdeiras deste ideário. Há muito mais ações em andamento.

O Ideb é uma boa medida? Acadêmicos de todos os matizes dizem que não. O Ideb é uma medida precária, construída quando o Inep se entusiasmou com o No Child Left Behind americano. Baseia-se em uma medida de fluxo combinada com uma medida de desempenho. Qualidade da educação básica é mais que isso. O

Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Ideesp), em São Paulo, é uma formulação mais exigente e mais problemática ainda, pois acredita que se as escolas tiverem bônus por “carregar” a parte de baixo da curva de rendimento dos alunos usualmente com maiores problemas, então também dedicar-se-ão a ensinar para eles. Há mais causas em jogo.

Quanto mais pressão se faz, mais se cria potencial para “corrupção” da medida. A realidade das escolas não é fácil e como mostra Atlanta (EUA), no desespero, apela-se à fraude para sobreviver. Com o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) em São Paulo não é diferente. Na outra ponta, quanto mais se pressiona, mais se corre o risco do magistério “jogar a toalha”. Em São Paulo o volume de bônus distribuído em 2010 é menor do que em 2009 e as notas do Saresp despencaram em 2010.

Mas, se tivermos um “bom Ideb”, devemos colocá-lo em uma tabuleta nas escolas? Penso que não, apesar de não ter nada contra um bom Ideb. Os resultados devem ser prioritariamente para consumo pedagógico da escola. Precisam ser circunstanciados e validados internamente (técnica e politicamente), antes de produzirem consequências locais.

“

A escola é da comunidade e tudo que não queremos é ver a comunidade contra a escola.

Além disso, a escola é da comunidade e tudo que não queremos é ver a comunidade contra a escola. Melhor seria apostarmos em processos que a aproximassem da escola e criássemos mecanismos intraescolares concretos que dessem voz à comunidade, de forma organizada e democrática, para discutir a escola e seus resultados junto com seus profissionais – incluindo as demandas que elas têm a fazer ao poder público, chamando a comunidade para a defesa de um bem público. É preciso superar a ideia de “comunidade-cliente” importada da área dos negócios. O desafio é envolver os pais na discussão organizada da qualidade da escola, de forma produtiva e constante.

Devemos utilizar a força da comunidade para fazer com que os governos locais construam uma política educacional baseada nas necessidades das escolas – trabalhar com as escolas e não contra elas.

A Suécia, por exemplo, combina as notas de avaliação externas (tipo Prova Brasil) com a avaliação pessoal dos professores sobre seus alunos. Isso aumenta a autoridade dos professores, dá força para a escola e provê uma melhor estimativa do que acontecerá no futuro com os alunos.

A proposta de Ioschpe, de adicionar pressão externa em um País que ainda tem “escolas de lata”, não é uma boa política. Temos que confiar em nossas escolas e em nossos professores; confiar na criação de instrumentos de cobrança e de melhoria da qualidade acordados entre escolas, comunidades e governos. Pressão, não vai ajudar. É como se colocássemos na porta de cada Delegacia de Polícia uma tabuleta com os índices de criminalidade do bairro esperando que, com isso, ela reduzisse. Muito cômodo; pouco eficaz.

Quando as escolas e seus profissionais estiverem envergonhados e as comunidades iradas com suas escolas, o que se espera que aconteça? Que mais professores talentosos venham dar aulas nestas escolas? Quando as escolas estiverem com a imagem comprometida na comunidade, o que se espera que aconteça? Que a comunidade olhe para sua escola com respeito? Que se aproxime para ajudar na educação dos filhos?

Em resumo: se os laços entre a escola e a comunidade se romperem, não se espere melhoria na educação. Escolas não são fábricas de sapato e comunidades não são “conjuntos de clientes”. A política educacional de Nova York caiu por confiar na “responsabilização por pressão”, não sem antes ter suas medidas de aprendizagem “corrompidas”. No Brasil, a ideia de Ioschpe poderá destruir a pouca credibilidade do Ideb.





O que é o Ideb

01.10.12

Por *Maria Helena Bravo e Cláudia Bandeira**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007 e, numa escala de zero a dez, sintetiza em um indicador dois conceitos relevantes para a aferição da qualidade da educação: fluxo escolar¹, a partir dos dados obtidos no Censo Escolar sobre aprovação, e médias de desempenho² dos alunos nas avaliações. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

Leia também: [Projeto de Lei obriga escolas públicas de SP a publicarem dados sobre as condições de ensino no estabelecimento](#)

O Ideb, porém, não é apenas um indicador estatístico. Ele é considerado como um possível condutor de políticas públicas de educação em prol da qualidade, tanto no âmbito nacional, como nos estados e municípios, pois não apresenta apenas um diagnóstico, mas também a projeção de metas a serem alcançadas em todas as esferas.

Essas metas são diferenciadas para cada escola, rede, município e estado, e, assim como as provas, são calculadas para cada biênio, que vai desde 2007 a 2021. Dessa maneira, pretende-se incentivar mesmo aqueles que já têm um bom índice a continuar evoluindo, sendo que o Ministério da Educação prevê apoio específico para reduzir as desigualdades entre redes e escolas de mesma rede através do Programa Mais Educação.

Segundo informações disponíveis no site do Inep, as metas intermediárias para o Ideb foram calculadas pelo Inep no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação, que trata da educação básica. O PDE estabelece, como meta, que em 2021 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável³ a dos países da OCDE – enquanto em 2005, a média nacional registrada foi de 3,8.

De acordo com os dados divulgados do Ideb para o ano de 2011, o país atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico – anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. Para os anos iniciais, onde a oferta de vagas é prioritariamente de responsabilidade das redes municipais, a média obtida foi de 5,0, ultrapassando as metas estabelecidas para os anos de 2011 e 2013. Já para os anos finais do ensino fundamental, a média nacional do Ideb atingiu 4,1 em 2011 e ultrapassou a meta de 3,9 proposta para 2011. Se considerada apenas a rede pública de ensino, o índice nacional foi de 3,9, também superando a meta proposta que era de 3,7. Em termos nacionais, incluídos ensino público e particular, foi igualada em 2011 a meta para o ensino médio, de 3,7.

Ao analisar as características e metodologia da formulação do Ideb, Franco (2007, p. 991) concluiu que seu princípio é o “de que qualidade da educação pressupõe que o aluno aprenda e passe de ano”. Dessa maneira, ao considerar apenas dois indicadores na formulação do índice, não se amplia a abrangência da avaliação escolar, o que leva ao entendimento de que o desempenho do aluno não precise, necessariamente, ser analisado de modo contextualizado.

Sousa (2006) encara como desejável articulação da avaliação do desempenho do aluno com a avaliação institucional para considerar outros aspectos além de desempenho e fluxo como, por exemplo, condições de contexto, reafirmando o entendimento de que a escola deva ser avaliada em sua totalidade. Assim, se colocam aos educadores desafios como o redirecionamento das práticas de avaliação da aprendizagem com vistas a alcançar o propósito de democratização da escola e a construção sistemática da avaliação da escola como um todo.

[Leia a íntegra de uma entrevista com Sandra Sakia sobre avaliações externas.](#)

* *Cláudia Bandeira e Maria Helena Bravo são da equipe dos Indicadores da Qualidade na Educação*

1. Por fluxo escolar entende-se que é a "Taxa constituída pelos números de promoção, de repetência e de evasão de alunos. Nota: Atualmente, tem-se verificado uma tendência no aumento das taxa de promoção e de diminuição da repetência e evasão escolar. (cf. Estatísticas educacionais. Fontes em educação. Comped, 2001)"
2. Por desempenho entende-se "1. Resultado ou produto do processo de ensino-aprendizagem, medido de acordo com as normas legais e regimentais. In: SESI/Escola, S.Paulo, jan/mar. 1966) 2. Resultado alcançado pelo aluno em função do processo de ensino-aprendizagem. (cf. Fontes em educação, O que é...? COMPED, 2001) "
3. Foi o Inep quem estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE. Ou seja, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira. (Fonte: Inep/MEC)

Referências

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Leticia P.. (Org.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, p. 135-142.

FRANCO, Creso (et al). Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. in: Revista Educação e Sociedade, volume 28, n. 100, Campinas, 2007.

Do Blog do Indique

Seg, 1 de outubro de 2012

Leia também:

[Projeto de Lei obriga escolas públicas de SP a publicarem dados sobre as condições de ensino no estabelecimento](#)

[Ideb tem carecido de análise de fatores de contextos, afirma especialista em avaliação](#)

[Indicadores da Qualidade na Educação estreia novo blog com recursos multimídia e mais interatividade](#)

Última atualização em 01.10.12

[Compartilhe](#) |





Ideb tem carecido de análise de fatores de contextos, afirma especialista em avaliação

01.10.12

“É perverso você penalizar escolas quando muitas vezes se tem condições muito precárias de realizar o trabalho escolar.” A afirmação é da professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e especialista em avaliação educacional Sandra Zákia Sousa, procurada pelo [Blog do projeto Indicadores da Qualidade na Educação \(Indique\)](#) para comentar as avaliações externas de competências aos moldes do Ideb.

Para Sandra, a avaliação de competências, entendida como um produto da educação de qualidade, é importante, mas não pode ser o único critério para avaliação de unidades e sistemas de ensino. Em sua opinião, é preciso contextualizar estes resultados, avaliando também fatores ligados a acesso, insumos e processos de ensino-aprendizagem.

Leia abaixo a íntegra da entrevista:

Blog do Indique: Hoje os resultados obtidos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e em avaliações semelhantes, como a Prova São Paulo e o Saresp, são os principais indicadores utilizados para medir a qualidade das escolas e da redes de ensino. Você considera que apenas a avaliação de desempenho dos alunos é suficiente para medir a qualidade da educação?

Sandra Zákia: Acho que não são suficientes. Eles são um indicador, na verdade o Ideb, por exemplo, é um índice que resume dois indicadores: de proficiência em língua portuguesa e matemática, além de medir fluxo escolar. Certamente eles não dão conta da noção de qualidade da educação. Além do que, o próprio resultado dos Ideb tem carecido de uma análise mais articulada, associada a fatores de contextos.

Blog do Indique: Se o Ideb não é suficiente para medir a qualidade de uma escola, em sua opinião, quais indicadores seria importante levar em conta?

Sandra Zákia: Quando você fala de uma avaliação de contexto, eu acho que a primeira questão a ser considerada se refere ao acesso, embora no ensino fundamental seja uma dimensão que vem sendo pouco mencionada. Nas avaliações, as condições que viabilizam o acesso das crianças a escolas deveriam ser sempre analisadas, porque o acesso é o primeiro passo.

Outra questão são os insumos, ou seja, os elementos que configuram uma oferta qualificada da educação, que passa por orçamento, espaço físico da escola, valorização de professores e outros profissionais, materiais e profissionais de apoio.

Além disso, há elemento de processo, questões de gestão, currículos, relações e interações que se processam, tanto nas escolas quanto nas diferentes instancias da rede. Essas questões se refletem nos processos educacionais e é muito importante para a análise.

Acho que esse delineamento mais abrangente, para além de uma análise do produto - entendido aqui como os resultados dos alunos em prova - apontam para uma direção que qualificaria a ideia de uma avaliação educacional.

Blog do Indique: Este índice que apresenta apenas resultados e fluxo escolar, descontextualizados das condições da escola, não podem criar um quadro de culpabilização de alunos, professores e gestores pelo suposto "fracasso escolar"?

Sandra Zákia: A gente já tem tido algumas evidências de pesquisas, identificando alguns efeitos dessas avaliações nos sistemas de ensino. Um dos efeitos que têm sido identificados é a indução das formatações de propostas de ensino com base no que é exigido nas provas.

Além disso, há o uso dos resultados nessas avaliações como forma de promover a bonificação ou a premiação, o que também tem levado a reações diversas. Escolas que se sentem com possibilidade de serem premiadas se sentem

estimuladas. Aquelas que se sentem com poucas possibilidades de conquistar o premio têm tido uma postura de desestímulo de melhoria da qualidade escolar.

Em todo caso, são iniciativas recentes. Não podemos ser conclusivos. Mas, sem dúvidas, estes índices vêm, de algum modo, causando efeitos na organização do trabalho.

Blog do Indique: Qual é o papel que uma avaliação institucional poderia ter para a melhoria da qualidade da escola e das redes de ensino?

Sandra Zákia: Quando se fala em avaliação institucional, a expressão tem sido muito relacionada a uma autoavaliação da escola. Acho que temos que ampliar, que pensar como diversas instâncias se avaliando, numa perspectiva tanto de autoavaliação, quanto de avaliação externa das escolas, das redes, secretarias, dos grupos centrais de gestão, de formulação e implementação. Acho que são dimensões que se complementam.

Blog do Indique: E a participação, é uma dimensão importante a se considerar para medir qualidade na educação?

Sandra Zákia: Ela é uma característica desejável. É importante que os diferentes seguimentos tivessem a oportunidade de expressar sua avaliação e seus julgamentos.

Blog do Indique: O que acha do Projeto de Lei que prevê exibição de diversos outros indicadores ao lado dos resultados do Ideb?

Sandra Zákia: Seria bastante interessante que estes dados fossem divulgados para que se tenham uma ideia da condição de produção que se dispõe para a realização do trabalho na escola. É perverso você penalizar escolas quando muitas vezes se tem condições muito precárias de realizar o trabalho escolar. Isso, porém, não nega as avaliações de proficiências dos alunos.

*Do Blog do Indique
Seg, 1 de outubro de 2012*

Leia também:

[O que é o Ideb](#)

[Projeto de Lei obriga escolas públicas de SP a publicarem dados sobre as condições de ensino no estabelecimento](#)

[Indicadores da Qualidade na Educação estreia novo blog com recursos multimídia e mais interatividade](#)

Última atualização em 03.10.12

[Compartilhe](#) |





Ideb tem carecido de análise de fatores de contextos, afirma especialista em avaliação

01.10.12

“É perverso você penalizar escolas quando muitas vezes se tem condições muito precárias de realizar o trabalho escolar.” A afirmação é da professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e especialista em avaliação educacional Sandra Zákia Sousa, procurada pelo [Blog do projeto Indicadores da Qualidade na Educação](#) (Indique) para comentar as avaliações externas de competências aos moldes do Ideb.

Para Sandra, a avaliação de competências, entendida como um produto da educação de qualidade, é importante, mas não pode ser o único critério para avaliação de unidades e sistemas de ensino. Em sua opinião, é preciso contextualizar estes resultados, avaliando também fatores ligados a acesso, insumos e processos de ensino-aprendizagem.

Leia abaixo a íntegra da entrevista:

Blog do Indique: Hoje os resultados obtidos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e em avaliações semelhantes, como a Prova São Paulo e o Saesp, são os principais indicadores utilizados para medir a qualidade das escolas e da redes de ensino. Você considera que apenas a avaliação de desempenho dos alunos é suficiente para medir a qualidade da educação?

Sandra Zákia: Acho que não são suficientes. Eles são um indicador, na verdade o Ideb, por exemplo, é um índice que resume dois indicadores: de proficiência em língua portuguesa e matemática, além de medir fluxo escolar. Certamente eles não dão conta da noção de qualidade da educação. Além do que, o próprio resultado dos Ideb tem carecido de uma análise mais articulada, associada a fatores de contextos.

Blog do Indique: Se o Ideb não é suficiente para medir a qualidade de uma escola, em sua opinião, quais indicadores seria importante levar em conta?

Sandra Zákia: Quando você fala de uma avaliação de contexto, eu acho que a primeira questão a ser considerada se refere ao acesso, embora no ensino fundamental seja uma dimensão que vem sendo pouco mencionada. Nas avaliações, as condições que viabilizam o acesso das crianças a escolas deveriam ser sempre analisadas, porque o acesso é o primeiro passo.

Outra questão são os insumos, ou seja, os elementos que configuram uma oferta qualificada da educação, que passa por orçamento, espaço físico da escola, valorização de professores e outros profissionais, materiais e profissionais de apoio.

Além disso, há elemento de processo, questões de gestão, currículos, relações e interações que se processam, tanto nas escolas quanto nas diferentes instancias da rede. Essas questões se refletem nos processos educacionais e é muito importante para a análise.

Acho que esse delineamento mais abrangente, para além de uma análise do produto - entendido aqui como os resultados dos alunos em prova - apontam para uma direção que qualificaria a ideia de uma avaliação educacional.

Blog do Indique: Este índice que apresenta apenas resultados e fluxo escolar, descontextualizados das condições da escola, não podem criar um quadro de culpabilização de alunos, professores e gestores pelo suposto "fracasso escolar"?

Sandra Zákia: A gente já tem tido algumas evidências de pesquisas, identificando alguns efeitos dessas avaliações nos sistemas de ensino. Um dos efeitos que têm sido identificados é a indução das formatações de propostas de ensino com base no que é exigido nas provas.

Além disso, há o uso dos resultados nessas avaliações como forma de promover a bonificação ou a premiação, o que também tem levado a reações diversas. Escolas que se sentem com possibilidade de serem premiadas se sentem

estimuladas. Aquelas que se sentem com poucas possibilidades de conquistar o prêmio têm tido uma postura de desestímulo de melhoria da qualidade escolar.

Em todo caso, são iniciativas recentes. Não podemos ser conclusivos. Mas, sem dúvidas, estes índices vêm, de algum modo, causando efeitos na organização do trabalho.

Blog do Indique: Qual é o papel que uma avaliação institucional poderia ter para a melhoria da qualidade da escola e das redes de ensino?

Sandra Zákia: Quando se fala em avaliação institucional, a expressão tem sido muito relacionada a uma autoavaliação da escola. Acho que temos que ampliar, que pensar como diversas instâncias se avaliando, numa perspectiva tanto de autoavaliação, quanto de avaliação externa das escolas, das redes, secretarias, dos grupos centrais de gestão, de formulação e implementação. Acho que são dimensões que se complementam.

Blog do Indique: E a participação, é uma dimensão importante a se considerar para medir qualidade na educação?

Sandra Zákia: Ela é uma característica desejável. É importante que os diferentes seguimentos tivessem a oportunidade de expressar sua avaliação e seus julgamentos.

Blog do Indique: O que acha do Projeto de Lei que prevê exibição de diversos outros indicadores ao lado dos resultados do Ideb?

Sandra Zákia: Seria bastante interessante que estes dados fossem divulgados para que se tenham uma ideia da condição de produção que se dispõe para a realização do trabalho na escola. É perverso você penalizar escolas quando muitas vezes se tem condições muito precárias de realizar o trabalho escolar. Isso, porém, não nega as avaliações de proficiências dos alunos.

*Do Blog do Indique
Seg, 1 de outubro de 2012*

Leia também:

[O que é o Ideb](#)

[Projeto de Lei obriga escolas públicas de SP a publicarem dados sobre as condições de ensino no estabelecimento](#)

[Indicadores da Qualidade na Educação estreia novo blog com recursos multimídia e mais interatividade](#)

Última atualização em 03.10.12

[Compartilhe](#) |





Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Congonhas, de de 2013.



Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ref.: Projeto de Lei nº 019/2013 que determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das escolas públicas municipais.

RELATÓRIO

Versa o Projeto de Lei sobre a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das escolas públicas municipais.

A iniciativa é de dois edis, que são competentes para tal.

O projeto é legal e constitucional.

Este é nosso relatório.

Relator

Rodolfo - Presidente	
José Bernardes - Vice Presidente	
Júlio César -	
Sebastião -	
Carlos Afonso -	
Eduardo -	
Eládio -	

CMC/mgrm



Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Congonhas,11..... demarço..... de 2013.



Comissão de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico.

Ref.: Projeto de Lei nº 019/2013 que determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das escolas públicas municipais.

RELATÓRIO

Versa o Projeto de Lei sobre a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das escolas públicas municipais.

O tema gera uma grande discussão de especialista da área educacional, trazendo debate sobre os benefícios e malefícios da divulgação nos termos propostos.

O tema é complexo, deixa dúvidas quanto à sua eficácia, devendo ser analisado com bastante atenção.

Este é nosso relatório.

Relator

Conceição - Presidente	<i>Conceição</i>
Hemerson - Vice-Presidente	<i>Hemerson</i>
Marcos -	<i>Marcos</i>
Júlio César -	
Vagner -	<i>Vagner</i>



Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama



Câmara Municipal, de 01 de abril de 2013.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei nº 019/2013 – Determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Municipais.

REDAÇÃO FINAL

O projeto de lei nº 019/2013 de autoria dos Vereadores Hemerson Ronan Inácio e José Bernardes de Souza, após ter sido aprovado conclusivamente em Plenário, retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Após análise do projeto, verificamos que seu texto está de acordo com a técnica legislativa e as normas regimentais, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Este é o nosso relatório.

Rodolfo - Presidente	
José Bernardes - Vice Presidente	
Júlio César -	
Sebastião -	
Carlos Afonso -	
Eduardo -	
Eládio -	

CMC/mgrm



Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama



PROPOSIÇÃO LEI Nº 027/2013.

Determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das Escolas Públicas Municipais.

Lei: A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou a seguinte

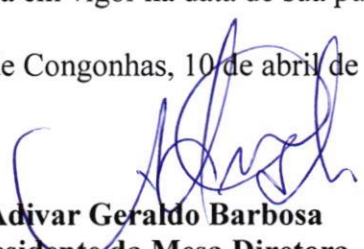
Art. 1º Todas as escolas públicas municipais ficam obrigadas a divulgar os seus respectivos resultados alcançados no IDEB mais recente.

Art. 2º A divulgação se dará através de anúncio na entrada de cada unidade escolar, de forma visível e acompanhada da nota alcançada pela rede pública municipal, estadual e nacional.

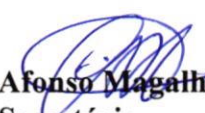
Art. 3º A divulgação também se dará através do boletim escolar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 10 de abril de 2013.


Adivar Geraldo Barbosa
Presidente da Mesa Diretora

Vagner Luiz de Souza
Vice-Presidente


Carlos Afonso Magalhães
Secretário



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS**



LEI Nº 3.252, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

Determina a divulgação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, das Escolas Públicas Municipais.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as escolas públicas municipais ficam obrigadas a divulgar os seus respectivos resultados alcançados no IDEB mais recente.

Art. 2º A divulgação se dará através de anúncio na entrada de cada unidade escolar, de forma visível e acompanhada da nota alcançada pela rede pública municipal, estadual e nacional.

Art. 3º A divulgação também se dará através do boletim escolar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 12 de abril de 2013.


JOSE DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

Câmara Municipal de Congonhas
Nº Protocolo 1013
Recebido em 15 de 04 de 2013
Mês 04-13


Patricia Fabiana Moura



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

Secretaria, em 16.04.2013.

Refere-se aos Projetos de Lei
n.º 019/2013.

pmc des



[Large handwritten signature]